

Economia

A-10-819

Rodada de licitações.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) decidiu encerrar a 8ª rodada de licitações, que havia sido suspensa em 2006, com a retirada de 226 blocos que não haviam sido ofertados no leilão. ■

FGTS para capitalização.

O deputado João Maia (PR-RN) manteve em seu relatório a proibição do uso de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no processo de capitalização da Petrobras. ■

Argumento. Quem produz petróleo sofre impactos ambientais e sociais e deve ter compensação

Nova lei leva Estado a perder 50% do dinheiro do pré-sal

Projeto que centraliza os recursos na mão da União reduz repasses para regiões produtoras de petróleo

A briga pelo petróleo

O marco regulatório destina mais verba para o governo federal

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br
ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

■ ■ O projeto de lei que institui o modelo de partilha da produção entre governo e empresas na exploração de petróleo do pré-sal prevê mais recursos para a União e uma redução da receita dos Estados produtores, entre eles o Espírito Santo. De acordo com o relatório apresentado no Congresso Nacional, as regiões produtoras terão queda de 50% nas receitas. Receberão aproximadamente 26% dos recursos, ante 52,5% no sistema atual.

O governador Paulo Hartung lamentou a centralização dos recursos na União. Os municípios e Estados federados, segundo ele, "estão alocando melhor os recursos do que o governo central, independentemente de partido". Os Estados produ-



DIVULGAÇÃO

Expectativa

R\$ 114,8 milhões

■ ■ É quanto o Espírito Santo deve receber em royalties neste ano. Os municípios ficarão com R\$ 120 milhões.

“ Quem está ficando com a parte do leão é a União. O projeto não redistribui os recursos. É a prevalência da velha regra centralizadora, o que é lamentável”

PAULO HARTUNG
GOVERNADOR DO ESTADO

de partido". Os Estados produtores serão os maiores prejudicados, mas eles têm tratamento diferenciado assegurado pela **Constituição**, lembra.

Os Estados produtores, lembra Hartung, perderiam muito mais se prevalecesse a primeira proposta, que era a de concentrar todo o dinheiro na mão da União. Os royalties foram mantidos, e houve a ampliação da incidência da alíquota de 10% para 15%, mas foi eliminada a participação especial, que representa grande perda para quem produz.

A expectativa do governador é de que os parlamentares que representam os Estados produtores consigam apresentar novas emendas para corrigir as perdas. Ele disse acreditar que outros avanços sejam conseguidos no Senado, quando o projeto entrar em discussão naquela casa.

Para o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Sérgio Rogério de Castro, o Espírito Santo não deve perder o "espírito de luta". "Nosso ponto de vista deve prevalecer. Os Estados produtores sofrem com impactos social, econômico e ambiental, e, de fato, precisam de mais dinheiro. O problema é que essa proposta de compartilhar os royalties com os Estados que não produzem é bem vista".

Para ele, o Espírito Santo tem que buscar as compensações. "O orçamento da União para o Estado nunca é cumprido em sua totalidade, tem de passar a ser. Além disso, o Espírito Santo, por ser um grande produtor de petróleo, deveria receber mais obras prioritárias".

O dirigente não poupou críticas a São Paulo e ao Rio de Janeiro e disparou contra o governador fluminense Sérgio Cabral. "A atuação desses dois governos tem sido muito tímida, precisavam entrar mais fortes, afinal as perdas serão muito grandes. Sérgio Cabral aceitou as Olimpíadas como compensação e não está batendo do jeito que deveria bater", argumentou.

A produção local

Tendência de crescimento

■ Produção atual no pré-sal

22.000

BARRIS POR DIA

■ Produção em 2013-2014

225.000

BARRIS POR DIA

■ Até 2015

620.000

BARRIS POR DIA

A Petrobras terá, somente na região do Parque das Baleias e entorno, essa capacidade instalada de produção.

■ Área do pré-sal total no Estado

10.291 km², que corresponde a 6,9% do total do país, que é de 149.046 km²

■ A região do pré-sal no Estado que já foi licitada e concedida para exploração é de 3.187 km² e corresponde a 30,9% do total da área do pré-sal no Estado

A disputa pelos recursos

A proposta do relator Henrique Eduardo Alves

Alíquota: 15%	Como era a proposta	% da arrecadação	Como fica a proposta	% da arrecadação
Estados produtores	3,3%	22% do total	2,7%	18% do total
Municípios produtores	1,5%	10% do total	0,90%	6% do total
Municípios com instalações de embarque e desembarque de óleo ou gás	0,3%	2% do total	0,3%	2% do total
União (Marinha e Ministério da Ciência e Tecnologia)	3%	20% do total	4,5%	30% do total
Todos os estados	3,3%	22% do total	3,3%	22% do total
Todos os municípios	3,3%	22% do total	3,3%	22% do total
Meio ambiente (royalty verde)	0,3%	2%	-	-

Divisão dos recursos da União



O que pensam os parlamentares

A repercussão do relatório sobre o marco regulatório do pré-sal

“Centralizador”

■ **Lelo Coimbra, deputado federal**

■ “O projeto é centralizador e retira dos Estados produtores para centralizar na União”, avalia Lelo Coimbra. Ele disse que o Espírito Santo perde muito e o caminho é avaliar e definir estratégias que contribuam para que o Estado perca menos e tenha compensação. “Nossa expectativa é de que possamos trazer para o Espírito Santo maior apropriação de riqueza”, enfatizou o parlamentar, que está buscando com especialistas as contas que apontarão o tamanho das perdas que o Estado terá. Ele lembra que os parlamentares terão que buscar compensação pelos danos ambientais.

“Muito ruim”

■ **Luiz Paulo Vellozo, deputado federal**

■ “O relatório piorou um projeto que já era ruim, o Brasil todo perde porque o marco regulatório é muito ruim. O projeto desorganiza o setor que tem uma organização bastante engenhosa”, destaca o deputado federal Luiz Paulo Vellozo. Os grandes perdedores são os Estados e municípios produtores que ficarão sem a participação especial. Quem vai ganhar, avalia o parlamentar, é a União, que centralizará os recursos. O pior de tudo, diz ele, é para a Petrobras, que terá que se subordinar, prestar contas a um comitê gestor, para um modelo que vai funcionar para 2,5% da área brasileira de produção de petróleo e gás.

“Emendas virão”

■ **Renato Casagrande, senador**

■ A discussão das regras do pré-sal ainda não chegou oficialmente ao Senado, mas o relatório apresentado na Câmara Federal já preocupa os senadores. “A avaliação não é positiva, porque concentra mais poder e recursos na União”, reclama o senador Renato Casagrande. Concentrar ainda mais recursos na mão da União e reduzir a receita dos Estados produtores não é aceitável, ressalta o senador. A expectativa é de que os parlamentares ainda possam mudar o quadro com a apresentação de outras emendas.

Questões-chave

O dinheiro do petróleo

■ O que são royalties?

■ Segundo definição da Agência Nacional do Petróleo (ANP) os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. Eles foram criados como uma forma de remunerar a sociedade pela exploração desses recursos. Os royalties correspondem a até 10% do valor da produção de petróleo, podendo, em casos excepcionais (dependendo da dificuldade geológica para exploração, por exemplo), ser reduzidos até um mínimo de 5%.

■ O que é participação especial?

■ Quando o volume de óleo em um campo é muito grande ou tem perspectivas de grande rentabilidade, cobra-se a participação especial em vez do royalty. Ao invés de serem cobradas sobre o valor da produção, como os royalties, as participações especiais são cobradas sobre o lucro líquido que a empresa petrolífera tem na produção trimestral em determinado campo.

Análise

A EXEMPLO DA NORUEGA

ANTÔNIO MARCUS MACHADO
Economista

■ A ideia apresentada pelo deputado Henrique Alves não é ruim. Na Noruega, por exemplo, a União fica com a maior parte dos royalties e depois distribui para os entes da federação e investe em inteligência. É um sistema reconhecidamente bem-sucedido. Para que esse sistema funcione, é preciso pouca burocracia e muita transparência. O problema é que o Brasil não vai bem em nenhum dos dois quesitos. Para que esse sistema funcione é preciso apresentar um modelo de gestão, e isso o deputado não apresentou. Só está em debate uma ideia para o uso do dinheiro. Por esse motivo, acho complicado mexer num sistema de distribuição de royalties, que apesar dos problemas, funciona razoavelmente no Brasil.

■ Constituição.

Parágrafo 1º do artigo 20: “É assegurada aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, a participação no resultado da exploração de petróleo, no respectivo território (...)”.